

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 615.085 - SP (2014/0278414-4)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : WILSON RUOCCO
AGRAVANTE : ADRIANA BOVOLONI RUOCCI
AGRAVANTE : MÁRCIO AUGUSTO BERTELLI
AGRAVANTE : LUCIANE GONÇALVES GOULARDINS BERTELLI
AGRAVANTE : FRANCISCO LUIZ MARONI
ADVOGADOS : ANDRÉ ALEXANDRE ELIAS E OUTRO(S) - SP191957
DÉCIO PEREZ JÚNIOR - SP200995
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARIANA MORAES DE ARAÚJO E OUTRO(S) - SP135816
FÁBIO IZIQUE CHEBABI - SP184668
GISELY ROSALEN - SP156083
JEFFERSON GONÇALVES DA CUNHA - SP209115
INTERES. : PACK SERVICE SERVIÇOS DE EMBALAGENS LTDA
ADVOGADO : SONIA REGINA BONTEMPI PRINOTTI E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 371):

Ementa: Fiança. Contratos bancários. Pretensão à exoneração da garantia, em face da alteração da composição societária da pessoa jurídica afiançada. Viabilidade. Natureza personalíssima do contrato de fiança. Exoneração da fiança a partir da sessenta dias contados da comunicação ao credor da alteração do quadro social. Recurso adesivo do banco desprovido, com parcial provimento do apelo dos autores.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 406-411).

Inicialmente, cumpre destacar que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016, desta Corte.

Com relação ao juízo de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, destaco que esta Corte possui entendimento no sentido de que *"é admitida a incursão no mérito do recurso especial pelo Tribunal a quo para a verificação da*

admissibilidade do apelo nobre" (AgRg no Ag 1.034.534/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJe 3.2.2009).

A decisão agravada deixou de admitir o recurso especial em razão da ausência de demonstração da violação dos artigos de lei federal arrolados no recurso, aplicação da Súmula 7 do STJ e dissídio jurisprudencial não demonstrado nos moldes legais.

Em suas razões, os agravantes limitaram-se a demonstrar a ocorrência de violação dos dispositivos legais apontados nas razões do recurso especial, deixando de impugnar os fundamentos relativos à aplicação da Súmula 7 do STJ e a não comprovação da divergência jurisprudencial nos moldes legais.

Esclareça-se que, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica de todos os pontos analisados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento por ausência de cumprimento do requisito exigido no artigo 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973 (artigo 932, III, do Código de Processo Civil de 2015).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182 DO STJ.

1. Inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, nos termos do que dispõe a Súmula 182 do STJ.

2. O sistema processual brasileiro consagra e positiva o princípio da dialeticidade ao exigir que o recurso faça impugnação específica aos fundamentos do provimento jurisdicional atacado (arts. 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973; 932, III e 1.021, § 1º, do atual Código de Processo Civil; e 259, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.003.118/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/10/2017.)

Assim, sem a impugnação específica e suficiente para infirmar todos os

fundamentos da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, não conheço do agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

